

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

**ATA DE REUNIÃO**

Nº 11

<b>Data:</b> 12/05/2021	<b>Horário:</b> 09h	<b>Local:</b> Videoconferência (Aplicativo ZOOM)
-------------------------	---------------------	--

**Participantes:**

Dra. Mônica Senhorelo, suplente do Dr. Altamiro Garcia filho (ausência justificada)

Dra. Jussara Cristina de Oliveira Louza

Dr. Eduardo Alvares de Oliveira, presidente da sessão do dia

Dra. Geovana Mendes Baia Moises

Norval Raimundo Barbosa

Luiz Henrique Faria, suplente de Samuel Silvério de Oliveira (ausência justificada)

Marcelo de Jesus Rosa Pereira

Bruno Faustino de Jesus

Irismar Dantas de Souza

Mislene Medrado

**Desenvolvimento da reunião:**

Às nove horas, foi declarada aberta a reunião pelo Presidente Eduardo Oliveira, mediante videoconferência (aplicativo ZOOM), previamente agendada. Iniciada a reunião foi aprovada a ata da reunião anterior. Foi lida e aprovada a Ata da sessão anterior. Em seguida passou-se a discussão e deliberação sobre os pontos da pauta desta sessão, tendo sido pautado: 1 - Conclusão do Regimento Interno; 2 - DR. Paulo Cesar, Coordenador NUPEMEC participará da reunião 10:00hs; 3 - Priorização do 1º grau; 4 - Discutir a possibilidade de parcelamento das custas finais e de Recurso Inominado; 5 – OUTROS ASSUNTOS. // **PONTO 1 – Discussão final do Regimento Interno** em continuidade as discussões das sessões anteriores.

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

Neste ponto *restou deliberado e aprovado que o Comitê fará um expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça sugerindo e solicitando que, “como é da atribuição do comitê o assessoramento à presidência do TJGO”, seja o mesmo inserido no Organograma da estrutura administrativa do Tribunal divulgado no site do TJGO. Esta mesma sugestão e pedido foi também feito à Dra. Mislene Medrado como gestora estratégica para que também repasse à presidência do Tribunal a importância deste acréscimo no referido organograma. Após leitura e ajustes no texto final o mesmo foi APROVADO à unanimidade pelos membros presentes.* Deverá ser encaminhado para publicação no Diário da Justiça para que entre em vigor. Em seguida, às 10h, no **PONTO 2**: o comitê recebeu a presença do **Juiz de Direito e Coordenador do NUPEMEC**, Dr. Paulo Cesar Neves para trazer as informações referentes a arrecadação do CEJUSC Goiás, em complemento às informações trazidas na sessão anterior de 14.04.2021. O mesmo, após as considerações iniciais em que expôs aos membros a situação atual e ainda as referências pesquisadas junto a outros Estados, se colocou à disposição para os questionamentos dos membros. O presidente abriu para questionamentos. Várias questões foram colocadas e ou sugeridas. Às 10:30h encerrou-se a participação do Dr. Paulo Cesar que sob o agradecimento pelas suas importantes informações, se colocou mais uma vez a disposição para contribuir sempre. Os membros consideraram suficientes as informações prestadas sobre o assunto e não havendo necessidade, momentaneamente de quaisquer outros pedidos deste Comitê sobre a questão em tela. Sobre o **PONTO 3: Priorização do 1º Grau**, foi esclarecido mais uma vez a importância de se manter e tratar deste ponto em todas as reuniões por ser uma prioridade do Comitê. Foi resgatada a importância deste tema e lembrado o recebimento da participação das Diretoras Administrativa, de

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

Recursos Humanos e de Informática que expuseram sobre a realidade atual nas unidades judiciárias afetas a suas competências. Foi apontado questões como falta de espaço para funcionar como Depósito Judicial nas comarcas do interior que tem sido utilizado como arquivo de outros materiais, bem como, a necessidade de agilizar o processo de descarte para liberação de espaço. Foi colocado a escassez de pessoal nas comarcas do interior e questões estruturais. Foi lembrado a cessão pelo TJGO de mais de 50 servidores para o 1º Grau na Capital e nenhum para o interior. Foi sugerido buscar ações de mapeamento das questões junto as comarcas de 1º Grau através de **audiências públicas** com representantes por região ou por comarca, quando então foi lembrado que o Sindjustiça, SindojusGo e AsmeGO podem auxiliar com seus delegados sindicais ou representantes regionais. Sugerido um diálogo com a CGJ para verificar a estrutura que a mesma dispõe para a efetivação destas audiências públicas regionais. Os membros ligados à AsmeGO e sindicatos irão buscar junto a estas a possibilidade de cessão das estruturas e indicação dos delegados sindicais e trarão na próxima reunião para análise do Comitê e definição do formato e plataforma a ser utilizado nestas audiências. Aprovado à unanimidade.

**PONTO 4: Parcelamento das Custas Finais e Recurso Inominado.**

Iniciada a exposição e discussão restou informado sobre legislação que versa sobre o assunto e a existências de seis PROADs (proad 178062 - proad 196116 - Proad 234811 - Proad 178062 – Proad 234811 e 264282) mas que estes não versam especificamente sobre os assuntos trazidos sobre o tema. Restou indicado um levantamento da legislação, dos atos normativos e PROADs para uma avaliação aprofundada e nova deliberação neste Comitê. Foi indicado um membro, porém o Comitê discutiu a alteração sobre o parcelamento do Recurso Inominado. E houve questionamento do porquê que as custas finais não possam ser parceladas



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

assim como as iniciais que já são permitidas por Lei Estadual. Sugerido estudo geral e proposição de Projeto de Lei via Comitê de Custas. *Restou por último aprovado, à unanimidade, pelos membros do Comitê em peticionar nos PROADs 178062 e 264282 para sugerir ao Comitê de Custas: 1 – AMPLIAR O NÚMERO DE PARCELAS DAS CUSTAS INICIAIS; 2 – PERMITIR PARCELAMENTO DAS CUSTAS FINAIS; e, 3 – PERMITIR PARCELAMENTO DAS CUSTAS do RECURSO INOMINADO.* No ponto **outros assuntos** foram prestadas informações sobre a realização de concursos públicos para magistrados, servidores e cartorários no TJGO. Foram ainda discutidos e remetidos para a pauta da **próxima sessão do dia 09 de junho às 09h**, os assuntos: 1- o PROVIMENTO N. 58 da Corregedoria Geral de Justiça; 2 - O PL-LDO pela Diretoria Financeira; 3 – Priorização do 1º Grau - Audiências Públicas Regionais com representantes dos servidores e magistrados; 4 - outros indicados nos próximos dias e semanas. Encerrada a sessão às 12:20h. Para constar, eu, **Norval Barbosa**, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme segue assinada pelos presentes à sessão ordinária.

## ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 415106593221 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202009000238423

**SAMUEL SILVERIO DE OLIVEIRA**  
ENCARREGADO DE ESCRIVANIA  
GOIÂNIA PQ LOZANDES - ESCRIVANIA DA 3ª VARA CÍVEL  
Assinatura CONFIRMADA em 31/05/2021 às 09:49

